

LIVRO DE RESUMOS

>10-11
ABRIL '17

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

III CONGRESSO INTERNACIONAL CIVE MORUM

TEMÁTICA DAS SESSÕES PLENÁRIAS
BANCA E A FINANÇA ÉTICA



Organização



Financiamento



comunicação pretende analisar se tais direitos constituem um impulso para a consolidação de uma desejável política social europeia ou se possuem uma natureza meramente programática. Tal análise implica um percurso sobre a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia mais representativa no domínio social. Concluir sobre esta questão permitirá aferir sobre se a CDFUE constitui um limite à força centrípeta das declarações de direitos ou, pelo contrário, se ela é a porta pela qual a expansibilidade das competências sociais da União Europeia poderá (ainda) entrar.

Palavras-chave: direitos fundamentais; direitos sociais; igualdade; princípios.

Direitos e Deveres (des)Humanos e “ilusórios”: A Crise dos Refugiados

Ana Campina

Resumo: Pensar sobre o drama dos Refugiados que vivenciamos a nível mundial, e não somente na Europa como frequentemente somos “encaminhados” a pensar, é uma árdua missão que a tod@s exige plena assunção o conceito e da abrangência dos Direitos Humanos e dos seus Deveres associados (individuais, sociais – oficiais e oficiosos – à escala nacional e internacional). Mais se acrescenta a necessidade de ter e/ou desenvolver a capacidade de interpretar as informações difundidas pelos media que são, ou podem ser, manipuladas ou manipuláveis, deliberada ou inadvertidamente. E aqui reside a primeira dificuldade: a concetualização dos Direitos Humanos. Simplificando podemos definir como os Direitos de tod@s e para tod@s os seres humanos, independentemente de qualquer condição da sua existência ou localização, os quais são reconhecidos pelas Nações Unidas desde 1948, pela Declaração Universal, reconhecidos por alguns estados no mundo e, conseqüentemente, transpostos para as legislações nacionais. Estes Direitos apesar de basilares não são admitidos, reconhecidos ou legalmente transpostos outras centenas de Estados, o que culmina com o sofrimento, discriminação nas mais diversas dimensões, e mesmo a morte, de milhões de pessoas. Afinal, mais do que o não reconhecimento, a inerente violação e violência associada, é a incapacidade e/ou impossibilidade de defesa e/ou proteção jurídica, judicial, social, económica ou política, seja numa dimensão nacional ou internacional. A responsabilidade do apoio e resolução destes seres humanos ultrapassa a questão da solidariedade ou responsabilidade pública governamental. Urge que a sociedade seja educada para os Direitos Humanos em prol da verdadeira perceção, receção e acolhimento nos mais diversos Estados de acolhimento. Os deveres de tod@s é aprender para evoluirmos em prol da integração deste mundo novo onde as mobilidades dos refugiados exigem trabalho individual, social e político nas mais distintas e diversas conjunturas.

Palavras-chave: Refugiados, Educação, Direitos Humanos, Responsabilidades.

Human rights in Portuguese foreign policy: between social mobilization, the political arena, and international diplomacy

Pedro Ponte e Sousa

Resumo: The promotion of human rights (HR) is increasingly forming part of the structure, values and objectives of the states' foreign policy of states, and, in particular, the foreign policy of Portugal, mainly since the transition to democracy, albeit being a relatively secondary priority. Participation in international organizations and agreements that have the promotion of HR as the structuring axis of their external action, as well as the participation of interest groups or civil society in the formulation and decision-making processes in the foreign policy of Portugal are especially relevant to understanding this phenomenon. This paper will try to answer the following questions: What is the role of the defense of HR in the external orientation of Portugal? And, as sub-questions: Is the defense of HR secondary to other objectives? Are issues as the participation of the public opinion and/or interest groups, the risk involved (in the deterioration of bilateral relations or in the credibility of the country) or the possibility of attracting international support relevant to explain the involvement of one state in HR issues in another?

This work will address: 1) the relationship between HR and foreign policy, both from a theoretical point of view and considering the practical changes in the new agendas (new issues) for international relations and states' foreign policy; 2) HR in the foreign policy of Portugal, looking for elements that point to the presence of a focus on HR in the structure and objectives of Portugal's external action; 3) the case studies (Timor-Leste, Angola, and Equatorial Guinea), in concrete moments, assessing: the official position of the